

## Autonomia, educação e compromisso social: convergências ontológicas entre Paulo Freire e o Comportamentalismo Radical

*Autonomy, education and social commitment: ontological convergences between Paulo Freire and Radical Behaviorism*

 CÂNDIDO ROCHA FLORES JÚNIOR<sup>1</sup>

 DENISE SILVEIRA BARBOSA<sup>1</sup>

 CAROLINA LAURENTI<sup>2</sup>

<sup>1</sup>UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

<sup>2</sup>UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

### Resumo

O conceito de autonomia já foi utilizado para estabelecer interlocuções entre a proposta educacional de Paulo Freire e a Análise do Comportamento. Neste artigo, são examinadas as teses ontológicas subjacentes ao conceito de autonomia de Freire. O objetivo é delinear convergências ontológicas entre as concepções freiriana e comportamentalista radical de autonomia, discutindo suas possíveis articulações éticas e políticas. Para tanto, são analisadas: 1) suposições ontológicas da noção freiriana de autonomia; 2) possíveis pressupostos ontológicos de um conceito comportamentalista radical de autonomia compatível com o conceito de Freire; 3) uma concepção política de autonomia baseada em conceitos e princípios do Comportamentalismo Radical. Uma interpretação ontológica não-determinista dos pressupostos teóricos da Análise do Comportamento mostrou mais afinidades com os compromissos ontológicos do conceito de autonomia de Freire. Esta interpretação ontológica é consistente com um sentido político de autonomia identificado na literatura analítico-comportamental, elucidado pelos repertórios de autocontrole e contracontrole, e pelo estabelecimento de condições que permitam a discriminação de controles sociais tácitos, responsáveis pela manutenção de relações de poder assimétricas entre os indivíduos e entre grupos na sociedade. Uma proposta educacional analítico-comportamental informada pelo conceito político de autonomia poderia nortear o desenvolvimento de uma tecnologia de ensino comprometida com a transformação das condições subjogadoras de povos historicamente oprimidos.

Palavras-chave: Paulo Freire, comportamentalismo radical, autonomia, política, ontologia.

### Abstract

The concept of autonomy has already been used to establish interlocutions between Paulo Freire's educational proposal and Behavior Analysis. In this paper, the ontological theses underlying Freire's concept of autonomy are examined. The aim is to outline ontological convergences between his concept and the radical behaviorist conception of autonomy, discussing their possible ethical and political implications. For that, the following aspects are examined: 1) ontological statements of Freire's notion of autonomy; 2) possible ontological assumptions of radical behaviorist concept of autonomy compatible with Freire's concept; 3) a political conception of autonomy based on Radical Behaviorism concepts and principles. A non-deterministic ontological interpretation of Behavior Analysis's theoretical assumptions showed more affinities with the ontological commitments of Freire's concept of autonomy. That ontological interpretation is compatible with a political meaning of autonomy on Behavior Analysis, elucidated by the repertoires of self-control and counter-control, and by conditions that allow the identification of tacit social controls, responsible for maintaining asymmetric power relationships between individuals and between groups in society. An analytic-behavioral educational proposal informed by the political concept of autonomy could guide the development of a teaching technology committed to transforming the subjugating conditions of historically oppressed peoples.

Keywords: Paulo Freire, radical behaviorism, autonomy, politics, ontology.

Agradecimentos: À Camila Muchon de Melo pelas sugestões e críticas que foram valiosas para a elaboração do texto. Financiamento: Agradecemos também o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior-Brasil (CAPES) por meio de concessão de bolsa de mestrado aos dois primeiros autores.

✉ [jrochaflores@gmail.com](mailto:jrochaflores@gmail.com)

DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/rebac.v17i2.11016>

Uma dada proposta educacional pode ser compreendida por meio do exame de diferentes níveis de análise (e.g., metodológico, técnico, ontológico, epistemológico, ético-político). No caso da Pedagogia Crítica de Paulo Freire, os compromissos ético-políticos de sua proposta educacional são explicitamente declarados. O seu percurso como educador destacou-se pela construção e engajamento em uma prática pedagógica radicalmente crítica<sup>1</sup> e libertadora. Freire (1968/2016, 1996/2017) denunciou as condições de injustiça, opressão e desumanização da realidade brasileira. Ele reivindicou a adoção de um paradigma de educação que possibilitasse condições de ruptura com fontes de heteronomia do educando, opondo-se, igualmente, à perspectiva positivista de progresso e ordem social. A sua crítica à educação bancária, aquela que não problematiza a realidade e toma a transferência de conteúdo como objetivo, vem acompanhada de um projeto não somente pedagógico, mas político-social de uma educação libertadora. Na contramão da heteronomia, Freire (1996/2017) propõe que o fio condutor de toda ação-reflexão é a autonomia do educando.

A obra de Paulo Freire tem sido tomada como referência em diferentes publicações na Análise do Comportamento, nas quais a noção de autonomia também ganhou destaque (e.g., Bachega, 2014; Fazzi & Cirino, 2003; Flores Júnior & Córdova, 2019). O conceito de autonomia é enfatizado no texto de Fazzi e Cirino (2003) como um objetivo comum às propostas de Freire e Skinner para a educação. Bachega (2014) investiga o método de alfabetização de Paulo Freire com o objetivo de elaborar uma análise comportamental de seu procedimento. Comentando a discussão de Fazzi e Cirino (2003), Bachega (2014) menciona a necessidade da consideração dos comportamentos de contracontrole em relação a condições de opressão, para dar conta do sentido político de autonomia proposto na Pedagogia de Freire. Em Flores Júnior e Córdova (2019), por sua vez, objetivos próprios da psicologia social comunitária foram interpretados sob uma ótica comportamentalista, pautando-se em discussões de Paulo Freire a respeito da conscientização popular, do enfrentamento aos discursos fatalistas e do fortalecimento da autonomia popular.

Esses estudos ilustram que a interlocução com a obra de Paulo Freire pode ajudar a evidenciar dimensões ético-políticas de uma proposta de educação orientada por pressupostos comportamentalistas radicais. A educação não prepara apenas os indivíduos para o futuro (Abib, 2001; Skinner, 1953), mas para um futuro pensado e concretizado a partir de determinados projetos de sociedade, que precisam ser explicitados. Dessa forma, a discussão das relevantes e potenciais contribuições teóricas e técnico-metodológicas propiciadas pela Análise do Comportamento para o aprimoramento da prática educacional (ver Hübner & Marionotti, 2004; Kienen et al., 2013) poderia ser complementada com ações e reflexões mais sistemáticas que indicassem os usos de uma tecnologia de ensino analítico-comportamental voltados para a construção de projetos de sociedade mais justos e igualitários.

Neste artigo, o conceito de autonomia também será utilizado como pedra de toque para delinear aproximações entre a proposta educacional de Paulo Freire e o Comportamentalismo Radical, como forma de adensar a discussão ético-política sobre educação na Análise do Comportamento. Contudo, diferentemente dos estudos analítico-comportamentais que trataram do tema, o conceito freiriano de autonomia será examinado a partir de suas teses ontológicas subjacentes. A autonomia, como desiderato ético e político da Pedagogia Crítica, ganha elucidação mediante compromissos com uma visão de mundo específica. Essa perspectiva de análise descortina outras possibilidades de interlocução entre a proposta educacional freiriana e uma proposta de educação analítico-comportamental orientada pelos pressupostos filosóficos (doravante, ontológicos e ético-políticos) do Comportamentalismo Radical.

Considerando esses aspectos, o objetivo deste artigo é estabelecer convergências entre as concepções freiriana e comportamentalista radical de autonomia por meio da indicação de compatibilidades ontológicas entre elas, discutindo suas possíveis implicações éticas e políticas. Coadunar os pressupostos ontológicos da noção freiriana de autonomia com os compromissos ético-políticos delimitados por esse conceito permite ainda dirigir uma atenção especial ao modo como essas dimensões (ontológicas e ético-políticas) podem se relacionar no campo comportamentalista radical. Essa proposta de análise pode, outrossim, expandir possibilidades de relação intertextuais entre as distintas propostas de educação em pauta.

O texto inicia com a descrição dos pressupostos ontológicos da noção freiriana de autonomia. Em seguida, apresenta um debate sobre as dimensões ontológicas do Comportamentalismo Radical, como forma de explicitar possíveis assunções ontológicas de um conceito comportamentalista radical de autonomia compatíveis com o conceito freiriano. É, então, delineada uma concepção de autonomia pautada em conceitos e pressupostos da filosofia

---

<sup>1</sup> O uso do termo “crítica” por Freire está relacionado à sua concepção de práxis como união dialética entre teoria e prática. A reflexão crítica é aquela que informa e é informada pela prática em uma relação de reciprocidade constante: “A reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blá-blá-blá e a prática, ativismo” (Freire, 1968/2016, p. 24).

comportamentalista. No âmbito das convergências ontológicas com a noção freiriana de autonomia são descritas possíveis implicações ético-políticas de uma proposta analítico-comportamental de educação que tenha como um de seus objetivos a construção da autonomia do educando.

### **Autonomia, condicionalidades não-deterministas e compromisso social em Paulo Freire**

A elucidação dos pressupostos ontológicos do conceito de autonomia será perpassada pelo exame das noções de *ser determinado, ser condicionado e autonomia do ser* presentes no livro *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*<sup>2</sup> (Freire, 1996/2017). Nessa obra, Freire revisa e aprimora suas propostas de práticas pedagógicas. Sem nenhum intuito de neutralidade, o caráter político do livro, último escrito pelo autor, é reivindicado logo na seção *Primeiras palavras*. Enunciando compromissos com uma ideologia progressista<sup>3</sup>, o texto convoca educadores(as) a uma prática reflexiva, que esteja vigilante às opressões e injustiças da realidade concreta, sendo essa uma prática pedagógica da transformação pela autonomia. A defesa de uma pedagogia progressista por Freire vincula-se diretamente às suas concepções sobre a relação entre educador e educando: “Já agora ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (Freire, 1968/2016, p. 120). As discussões da obra ganham relevo a partir da apresentação do que o autor nomeia *saberes necessários à prática educativa*.

A autonomia é descrita na forma de *autonomia do ser do educando*, seja criança, jovem ou adulto (Freire, 1996/2017). Embora a autonomia do ser do educando identifique a autonomia de um indivíduo, o autor também menciona a “autonomia das classes populares” (p. 35), ressaltando uma acepção coletiva do termo, a qual acompanha o tratamento dado ao conceito pelo autor. A luta pela autonomia seria uma luta progressista, imprescindível para se pensar uma proposta político-pedagógica progressista. Essa proposta estaria alinhada com a transgressão de práticas atreladas a estruturas sociais mantenedoras das condições de injustiças e opressões, já que a autonomia guarda forte relação com a possibilidade de agir ativamente no mundo de forma a transformar condições desumanizantes.

A temática da autonomia tem sua centralidade justificada no texto de Freire na medida em que ele identifica o respeito à autonomia e à dignidade de cada um como um imperativo ético. Esse respeito seria exercido apenas na dialogicidade verdadeira, como expresso na concepção de Freire de que “o trabalho do professor é o trabalho do professor com os alunos e não do professor consigo mesmo”<sup>4</sup> (Freire, 1996/2017, 63). Como imperativo, o respeito à autonomia e à dignidade de cada um não é um favor que se pode ou não conceder uns aos outros. Esse modo de entender a ética, imperativa e categórica, já acompanha a antevisão de críticas, que são abordadas e rebatidas recorrendo-se à sua noção de ontologia do sujeito:

Quando, porém, falo da ética universal do ser humano estou falando da ética . . . enquanto algo absolutamente indispensável à convivência humana. . . Na verdade, falo da ética universal do ser humano da mesma forma

<sup>2</sup> Após a leitura da obra analisada, em uma primeira etapa, buscamos pelas ocorrências dos termos relacionados aos conceitos de (1) ser determinado, (2) ser condicionado e (3) autonomia do ser, por meio do comando *Ctrl + F* em arquivo digital. Termos afins também foram buscados, já que existem variações vocabulares que se relacionam ao mesmo significado, tais como: 1. determinação/determinado/predeterminado; 2. condicionamento/condicionado/condicionantes; 3. autonomia/autônomo. Após o levantamento dos trechos que continham tais termos, foi elaborado, na segunda etapa, um esquema gráfico com o conteúdo de cada conceito. As etapas iniciais cumprem o objetivo de mapear o campo semântico e os usos dos termos na obra, interpretando o significado por meio do uso no discurso e investigando como as palavras estabelecem conexão com outros conceitos, auxiliando na compreensão dos sentidos construídos pelo autor na elaboração de suas ideias. Após o mapeamento dos usos dos termos, buscamos os conceitos que apareciam nos esquemas gráficos e se demonstravam importantes para sua compreensão. Nessa terceira etapa, os conceitos auxiliares foram definidos com base no próprio livro ou em referências direcionadas pelo autor, formando um glossário. Na quarta e última etapa, uma síntese interpretativa foi construída, seguindo o que foi elaborado com os passos anteriores, prioritariamente, os esquemas gráficos da etapa dois e o glossário.

<sup>3</sup> Freire faz uso do termo “progressista” em oposição a uma noção conservadora de pedagogia. O sentido é de que práticas críticas são progressistas, enquanto as práticas alienantes, que afastem as pessoas da sua realização ética e política, são conservadoras. Pessoas ou práticas progressistas, então, não compactuam com condições de injustiça e com uma noção de futuro inexorável, recusando o fatalismo que inviabiliza a transformação das condições sociais.

<sup>4</sup> Paulo Freire toma a concepção de educação como uma espécie de metonímia para tratar das relações sociais, ou seja, embora a discussão do conceito de autonomia seja feita no contexto de educação, suas formas e desdobramentos incorrem em uma análise de conjuntura mais ampla. Sua defesa por relações dialógicas entre professor e aluno, por exemplo, acompanha uma compreensão do diálogo como condição necessária à autonomia de cada um, como uma “exigência existencial” (Freire, 1968/2016, p. 135), na qual o encontro entre pessoas permite, por meio de ação e reflexão, pensar e construir outros modos de existir no mundo.

como falo de sua vocação ontológica para o Ser Mais, como falo de sua natureza constituindo-se social e historicamente não como um *a priori* da história. (Freire, 1996/2017, pp. 19-20)

A perspectiva ontológica freiriana sobre a autonomia passa pela problematização do determinismo como ontologia da história e do ser. De acordo com o autor, na visão determinista da história, o futuro é já sabido, pois é inexorável, comprometido com o certo, inequívoco, irrevogável e preestabelecido. Na concepção sobre o ser, o determinismo implica não se saber inacabado. A noção de inacabamento, por seu turno, está vinculada à concepção de suporte: “No suporte, os comportamentos dos indivíduos têm sua explicação muito mais na espécie a que pertencem os indivíduos do que neles mesmos. Falta-lhes liberdade de opção. Por isso, não se fala em ética entre os elefantes” (Freire, 1996/2017, p. 50).

Compreendendo o suporte como esse espaço de existência adaptada, constituída em um tempo muito maior que a vida do indivíduo, a condição de intervir alterando esse suporte é vinculada ao inacabamento. Saber-se inacabado, ter essa consciência, seria uma possibilidade advinda da cultura e da linguagem humana. Dessa consciência advém o direito e o dever “de optar, de decidir, de lutar, de fazer política” (Freire, 1996/2017, p. 52). Tal ética, voltada ao ser mais, está calcada, então, na concepção de que as condições para a constituição do ser não são inequívocas, ou seja, que o ser humano se modifica na relação com o mundo. Entendendo que essa inter-relação demarca um campo de possibilidades, e não um único itinerário possível, o indivíduo intervém no mundo ampliando e criando modos de relação diferentes daqueles dados inicialmente pelo seu suporte natural.

Ser determinado implicaria ser somente objeto da história, explicar a própria presença no mundo como resultado de operações absolutamente alheias a si. Freire (1996/2017) defende que, sabendo a história como possibilidade, seres humanos podem ser sujeitos da história. Entender a história como possibilidade, e não como predeterminação, é admitir que é possível construí-la e, portanto, aproximar a existência humana desse fazer. Para Freire, o determinismo implica em o ser humano renunciar a participar e cumprir a sua vocação ontológica de intervir no mundo. Entendendo a condição humana como possibilidade de intervir no mundo, a neutralidade seria inviável: “ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra” (Freire, 1996/2017, p. 75). Negar essa responsabilidade seria romper com a assunção ontológica de estar inserido e de, ao mesmo tempo, poder mudar o mundo.

Enquanto seres capazes de inserção no mundo, as pessoas, ativamente, intervêm nesse mundo, mudando-o e mudando a si próprias nesse processo. Nessa constatação está a possibilidade da autonomia do ser defendida por Freire; por isso sua concepção de autonomia é, antes de tudo, ontológica: *uma condição do ser*. O desrespeito à autonomia incorreria em uma transgressão a princípios fundamentais da existência humana. Entre as formas de desrespeito à autonomia do educando estariam o desrespeito à sua curiosidade, gosto estético, inquietude e linguagem, ou também ironizá-lo, minimizá-lo e repudiar sua rebeldia legítima. Esse desrespeito não aparece apenas nessas ações mais conspícuas, mas também pode aparecer como negligência, quando, por exemplo, o educador se exime do cumprimento de seus deveres de propor limites à liberdade do aluno, de ensinar, de estar respeitosamente presente à experiência formadora do educando, como será visto adiante.

Quanto ao se tornar autônomo, Freire, utilizando-se de diferentes termos, propõe que a autonomia seria forjada, criada, aprendida, constituída e construída. A construção da própria autonomia está relacionada diretamente ao *ser gente*: é direito e dever de quem é gente. A noção de *ser gente* frequentemente aparece relacionada à possibilidade, à incerteza e à subversão, como condição que se vincula à ética e à ontologia do ser, no direito e na responsabilidade de inserir-se no mundo como sujeito (Freire, 1996/2017). Renunciar à responsabilidade ética, adotando o discurso do inexorável, do ser que está acomodado no mundo e não reivindica sua própria construção, é contrário ao desenvolvimento da autonomia. Nessa leitura, a autonomia estaria no campo da ação, da transformação, da atividade.

Essa relação entre autonomia e atividade é delineada pelo papel da decisão. A decisão é fundante da autonomia: a construção da autonomia só é possível quando tomadas de decisões próprias são permitidas. Por exemplo, a constituição da autonomia dos filhos é possibilitada pelos pais por meio do estabelecimento de condições para a tomada de decisões próprias por parte dos filhos. Uma derivação desta lógica é, portanto, que autonomia é vir a ser, é processo, já que está fundada nas possibilidades, na “experiência de várias, inúmeras decisões que vão sendo tomadas” (Freire, 1996/2017, p. 105).

Há um aprendizado da autonomia, no qual o ser humano passa por uma reinvenção. A reinvenção do ser humano no aprendizado de sua autonomia seria o fundamental nas relações tratadas no texto de Freire (1996/2017): “entre educador e educando, entre autoridade e liberdades, entre pais, mães, filhos e filhas” (p. 92). O educador, por exemplo, lida com a criação da autonomia do educando, a qual está relacionada com o direito do educando de indagar,

duvidar e criticar. Essa criação da autonomia tem relação com a liberdade do educando e a construção da autoridade do educador.

O autor menciona a “tensão” entre autoridade e liberdade na relação entre educador e educando. O desequilíbrio dessa tensão incorreria na ênfase em um dos extremos, no autoritarismo ou na licenciosidade – condições antitéticas ao desenvolvimento da autonomia. Em um sentido específico, a liberdade pode ser entendida como possibilidade de se fazer algo genuinamente novo, de construir novas relações com o mundo (Freire, 1996/2017). Ao mesmo tempo, essas potencialidades de criação podem ser restringidas por uma determinada “herança cultural” perpassada por condições econômicas, políticas, históricas que estabelecem e visam reproduzir formas de relação social subjogadoras, criando dependência, no sentido de heteronomia, entre os seres humanos.

A liberdade seria então uma condição necessária para a autonomia. Se autonomia se define também por ações que questionam e mudam o que está posto, a liberdade é o que permitiria, inicialmente, a substituição da subjogação e heteronomia por autonomia. O exercício da liberdade (construir/criar novas relações), contudo, não se dá sem levar o outro em conta. Não se trata simplesmente de construir/criar novas relações em detrimento de suas consequências para o outro, daí a relação entre a liberdade e a responsabilidade: “O educando que exercita sua liberdade ficará tão mais livre quanto mais eticamente vá assumindo a responsabilidade de suas ações” (Freire, 1996/2017, p. 91). Por isso, o educador precisa, na relação com o educando, estabelecer limites (autoridade) para que essa potência criadora não acarrete dano ao outro. Mas essa autoridade não pode ser autoritária, pois autoritarismo é incompatível com o desenvolvimento da autonomia.

Não só a liberdade, que possibilita a autonomia, é pensada na relação com o outro (responsabilidade), mas a própria autonomia emerge no âmbito das relações sociais. Dessa forma, uma educação incompatível com a autonomia é aquela em que o educador se exime de buscar e promover as condições favorecedoras da emergência da autonomia, deixando de estabelecer os limites da liberdade (responsabilidade), privilegiando, com isso, a liberdade em detrimento da autoridade (licenciosidade). Uma educação incompatível com a autonomia também impede o surgimento de suas condições necessárias por inviabilizar a crítica, a indagação, o questionamento do educando, em suma, as suas possibilidades criadoras (liberdade). Nesse caso, a autoridade dar-se-ia em prejuízo da liberdade (autoritarismo). É só na criação de condições que possibilitem o equilíbrio entre liberdade-autoridade, sem incorrer, portanto, em licenciosidade ou autoritarismo, que a autonomia se constrói.

Reconhecer que a autonomia é construída nas relações sociais não significa afirmar, na perspectiva freiriana, que ela é determinada. Em outras palavras, conceber que ela é condicionada socialmente não é o mesmo que subscrever o determinismo. Freire (1996/2017) elucida o ponto:

Mas, o fato de sermos seres programados, condicionados e conscientes do condicionamento e não determinados é que se faz possível superar a força das heranças culturais. A transformação do mundo material, das estruturas materiais a que se junte simultaneamente um esforço crítico-educativo é o caminho para a superação, jamais mecânica, desta herança. (p. 64)

Para Freire (1996/2017), a potencialidade de transformação social propiciada pela autonomia só se realiza em um campo de possibilidades de mudança genuína; o que não é conferido pela noção de determinismo, para o qual haveria apenas um único curso de ação possível. Uma visão determinista da história está vinculada à aceitação do caráter inexorável do futuro (desproblematização), o que levaria necessariamente à morte ou à negação autoritária do sonho, da utopia, da esperança. O direito de amar e brigar pelo mundo, nos termos do autor, passaria pelo reconhecimento da história como possibilidade. A raiva legítima defendida por Freire se funda na revolta pela negação do direito de ser mais; e em uma realidade determinista, não haveria direito à raiva:

Tenho o direito de ter raiva, de manifestá-la, de tê-la como motivação para minha briga tal qual tenho o direito de amar, de expressar meu amor ao mundo, de tê-lo como motivação de minha briga porque, histórico, vivo a história como tempo de possibilidade e não de determinação. Se a realidade fosse assim porque estivesse dito que assim teria de ser, não haveria sequer por que ter raiva. Meu direito à raiva pressupõe que, na experiência histórica da qual participo, o amanhã não é algo pré-dado, mas um desafio, um problema. (Freire, 1996/2017, p. 73)

O determinismo vincula-se, assim, ao discurso da acomodação, da exaltação do silêncio imposto e do elogio da adaptação como fado ou sina. Esse discurso seria negador da humanização, a respeito da qual, segundo Freire, seres humanos não podem se eximir da responsabilidade. A visão de um futuro determinado prescinde a esperança; em uma concepção determinista da existência humana dificilmente se poderia falar de opções, decisões, liberdade e ética. Sob uma visão determinista da história, defende o autor, posições rebeldes não têm como se tornarem revolucionárias. Em vista disso, Freire (1996/2017) coloca o determinismo da existência humana como uma compreensão triste e

desoladora, e declara “veemente recusa a determinismos que reduzem a nossa presença na realidade histórico-social à pura adaptação a ela” (p. 127).

De acordo com Freire, estar no mundo deve ser mais que se acomodar ou se adaptar. A diferença entre ser condicionado e ser determinado estaria relacionada a ser inacabado; a ser consciente do inacabamento; e a saber que se pode ir além do inacabamento. Freire defende que seres humanos não são seres determinados, e que negar o determinismo não implica negar os condicionamentos genéticos, culturais e sociais. Embora defenda que se pode ir além dos condicionamentos dados, considerar isso não seria negá-los. Os sujeitos são condicionados, mas podem, todavia, ir além dos condicionamentos estabelecidos uma vez que se saibam condicionados; e a consciência do inacabamento é, ela mesma, histórica e socialmente construída. Está alicerçada nessa posição “uma compreensão do homem e da mulher enquanto seres fazedores da história e por ela feitos, seres da decisão, da ruptura, da opção” (Freire, 1996/2017, p. 126). É justamente compreendendo a forma como o ser se constitui nas condições do mundo que Freire enfatiza a possibilidade transformadora nessa relação. Daí a tese, em sua pedagogia, de que a compreensão da história como possibilidade, e não em bases deterministas, está relacionada ao entendimento da prática educativa como um exercício constante em favor da produção e do desenvolvimento da autonomia de educadores e educandos.

O conceito freiriano de autonomia parte dessa concepção ontológica sobre o ser humano, condicionado, porém ativo, inserido no mundo por meio de relações recíprocas. Da constatação dessa potencialidade de *ser mais*, de inserir-se ativamente no mundo de modo a intervir em suas condicionalidades, são derivadas as teses éticas do *ser mais* como direito de cada um. Radicalmente vinculada às relações com o outro, a noção de autonomia se faz necessariamente *autonomia de cada um*, na medida em que só é permitida sob condições de existência coletiva em que o direito de *ser mais* de cada um é garantido. Dessa forma, a autonomia não pode ser uma condição do indivíduo isoladamente, e se realiza apenas coletivamente.

Ser autônomo exige a conscientização sobre suas relações com o mundo e sobre suas possibilidades de transformação. Essa consciência não é o mesmo que a própria autonomia, mas é o que a viabiliza e, ao mesmo tempo, o que a justifica como uma responsabilidade ética de cada um. A construção e o exercício da autonomia estariam vinculados a essa inserção ativa no mundo, permitida por condições equilibradas entre a liberdade de cada um e a responsabilidade implicada em seu papel no mundo. Das condições necessárias ao respeito à autonomia de cada um, depreende-se argumentos sobre uma posição política que se oponha a valores autoritários e relações de opressão, comprometendo-se com a construção de condições mais igualitárias de existência.

O conceito de autonomia, então, é caracterizado por uma concepção ontológica não-determinista do ser, condicionado e capaz de intervir nas suas condicionalidades; ele também é dependente de um valor ético do *ser mais* como direito e responsabilidade de cada um; e está comprometido com a defesa política da liberdade e responsabilidade como forma de inserção no mundo.

### **Indeterminismo ontológico no Comportamentalismo Radical**

Tendo apresentado o conceito de autonomia em Freire, é o momento de delinear convergências com uma noção de autonomia no Comportamentalismo Radical. Para tanto, é preciso inicialmente mostrar a possibilidade de haver uma noção ontológica de liberdade na filosofia comportamentalista radical, pois a liberdade é uma condição necessária para a autonomia na perspectiva freiriana.

Como já foi descrito, a discussão ontológica do conceito freiriano de autonomia está pautada em uma crítica ao determinismo. Nesse ponto, surge uma dificuldade no estabelecimento de interlocuções entre as concepções freiriana e comportamentalista radical de autonomia, uma vez que, na Análise do Comportamento, o determinismo é, por vezes, considerado um pressuposto teórico do Comportamentalismo Radical (Dittrich, 2009).

Não obstante esse aspecto, como há diferentes acepções de determinismo na Análise do Comportamento (Rodrigues & Strapasson, 2019; Moxley, 2007), seria possível ainda argumentar que alguma delas é compatível com a discussão de Freire; ou que a acepção freiriana de determinismo não coincide com a noção analítico-comportamental do conceito. Mesmo reconhecendo esta possibilidade – de tentar identificar uma acepção ontológica<sup>5</sup> de determinismo na Análise do Comportamento coerente com as suposições ontológicas freirianas –, a estratégia adotada neste estudo será outra.

---

<sup>5</sup> Algumas interpretações deterministas dos pressupostos teóricos da Análise do Comportamento são estritamente epistemológicas (e.g., Dittrich, 2009; Strapasson & Dittrich, 2011). Nesse caso, elas não poderiam pautar uma discussão sobre eventuais usos do termo *determinismo* compatíveis com a proposta de Freire, uma vez que as teses do autor sobre o conceito de autonomia são assumidamente ontológicas.

O percurso argumentativo para delinear convergências ontológicas entre as concepções de autonomia freiriana e comportamentalista radical recorrerá a uma interpretação ontológica não-determinista dos compromissos filosóficos do comportamentalismo (e.g., Laurenti, 2009; Moxley, 1997, 1998, 2007; Rocha et al., 2013). Com essa leitura, a possibilidade de uma interlocução com a proposta educacional de Freire torna-se explícita, na medida em que ela abre o flanco para uma noção de liberdade ontológica no comportamentalismo radical consistente com a freiriana.

Em linhas gerais, o indeterminismo ontológico pode ser entendido como a tese que nega a noção de suficiência causal que baliza teses deterministas ontológicas (Laurenti, 2009). Um evento é considerado uma causa suficiente para outro evento (efeito) se, dada a causa, o efeito invariavelmente se segue. A causa, portanto, fixa a ocorrência de um dado efeito, não sendo possível ocorrer algo diferente; a causa suficiente é compatível apenas com um único curso de ação. Ao negar a suficiência causal, o indeterminismo admite que possa haver relações de dependência entre eventos, mas não subscreve a tese de que, uma vez ocorrendo a causa, o efeito inexoravelmente acontece. Em suma, o indeterminismo reconhece que um evento pode ser uma condição necessária, mas não suficiente para a ocorrência de outro, conduzindo à conclusão de que o passado não fixa inelutavelmente o futuro.

Diferentemente da noção de causalidade determinista, o indeterminismo entende que a ocorrência da causa estabelece uma probabilidade de ocorrência de outro evento (Laurenti, 2009). A concepção indeterminista ontológica é consistente, assim, com a noção de causa, controle, regularidades, relações de dependência funcional e leis científicas, desde que entendidas em termos probabilísticos. Nessa interpretação não-determinista ontológica, as probabilidades, variações e novidade são tratadas como algo genuíno, sem que, com isso, se incorra em uma exaltação do caos (i.e., na completa independência entre eventos) (Laurenti, 2009; Rocha et al., 2013; Moxley, 2007).

Como a causa não fixa a ocorrência do efeito, mas estabelece probabilidades, é possível que, dada a ocorrência da causa, aconteçam mudanças, variações, novidades, mesmo que ínfimas, acarretando em efeitos diferentes. No universo indeterminista há um campo de possibilidades e não um único caminho pré-fixado. Como ressaltado por autores(as) que discutiram essa possibilidade interpretativa (Laurenti, 2009; Moxley, 1997, 1998, 2007; Rocha et al., 2013), esta concepção de indeterminismo não seria incompatível com pressupostos do comportamentalismo radical – como a tese de que o comportamento humano é controlado e que esse controle (e previsão) é “sempre” probabilístico (ver Skinner, 1974, p. 226) e que “a existência de variações está na natureza do comportamento” (Skinner, 1989, p. 129).

Dadas essas características, a tese não-determinista (ou indeterminista) permite discutir uma noção ontológica de liberdade também coerente com o comportamentalismo radical. Nessa filosofia, liberdade não seria entendida em termos de ausência de causas (Skinner, 1971). Como em Freire, a liberdade dar-se-ia no âmbito de relações de condicionalidades, ou de relações de controle, probabilísticas, nas quais a possibilidade de novidade é legítima. Em um sentido ontológico, liberdade seria uma condição constitutiva dos seres humanos, caracterizada pela possibilidade de, *no comportamento* (i.e. nas relações inextrincáveis entre indivíduo e mundo), os indivíduos estabelecerem relações diferentes com o mundo. Embora as ações dos indivíduos não aconteçam em um vácuo ambiental, visto que são influenciadas por condições antecedentes e consequentes, essa influência (ou controle) não fixa (determina) um único curso de ação. Como esse controle é probabilístico, é ontologicamente possível mudar o curso das relações de controle, estabelecendo-se modos genuinamente novos de se relacionar com o mundo social e não social (ver Lopes et al., 2018, pp. 84-90). Em uma visão comportamentalista radical, o ser humano seria livre no sentido de que “sempre há espaço para que ele mude o curso dos eventos” (Lopes et al., 2018, p. 85).

Diante de uma impossibilidade de verificação empírica das sentenças deterministas ou indeterministas ontológicas, um critério de avaliação possível entre as duas alternativas poderia estar nas possibilidades de interlocução com diferentes áreas do conhecimento (Rocha et al., 2013). Ao concluírem sua análise sobre o debate determinismo-indeterminismo na Análise do Comportamento e seus possíveis impasses, Rodrigues e Strapasson (2019) recorrem ao questionamento de Laurenti (2009) a respeito de com quais ciências a Análise do Comportamento deveria estabelecer interlocuções. O encaminhamento dessa problemática exigiria o exame dos compromissos filosóficos (deterministas ou indeterministas) em diferentes empreendimentos científicos e, ainda, a averiguação de similaridade desses compromissos com as concepções presentes no Comportamentalismo Radical – investigação que, segundo os autores, precisa ser mais explorada na área (Rodrigues & Strapasson, 2019).

Considerando esses aspectos, a interpretação indeterminista ontológica parece auspiciosa em promover uma interface com a proposta educacional de Paulo Freire no que concerne às assunções ontológicas do conceito de autonomia. A concepção indeterminista ontológica de comportamento tem afinidades com a noção ontológica freiriana de inacabamento, que subscreve a possibilidade genuína de se fazer algo diferente do passado. Há, portanto, similaridades ou, pelo menos, convergências com respeito à defesa ontológica de uma visão não-determinista (ou indeterminista) calcada na crítica à noção de suficiência causal que está na base da noção de inexorabilidade.

## **Autonomia e compromisso social no Comportamentalismo Radical**

Outro aspecto que precisa ser desenvolvido no estabelecimento de convergências com a noção freiriana de autonomia são os compromissos ético-políticos do Comportamentalismo Radical, pois, em Freire, a liberdade se realiza como autonomia em favor de um projeto específico de sociedade. Dessa forma, ser autônomo é valer-se da possibilidade ontológica de “fazer diferente”, construindo formas de relações sociais menos autoritárias, e mais respeitadas e justas. Trata-se, então, de explicitar convergências entre os valores ético-políticos freirianos e comportamentalistas radicais.

A maneira como Paulo Freire (1996/2017) conecta asserções ontológicas sobre a autonomia com teses éticas e políticas é propedêutica para discutir a relação entre essas diferentes dimensões no próprio Comportamentalismo Radical. Embora não haja relação de implicação lógica entre teses ontológicas e ético-políticas, as convergências ontológicas (indeterministas) podem ainda ser analisadas em termos de suas afinidades com certos valores e projetos de sociedade.

A ética freiriana fornece subsídio para que sejam discutidos valores de um Comportamentalismo Radical mais democrático, progressista e comprometido com a transformação da realidade a favor dos povos historicamente oprimidos. A plausibilidade dessa assertiva depende de haver acordo, ao menos, quanto à concepção de que o comportamento humano está no campo da possibilidade, que o futuro não é fixado inexoravelmente pelo passado e que as pessoas constroem a história e nela se constroem. O sentido de condicionamento usado por analistas do comportamento não é, necessariamente, o mesmo pretendido por Paulo Freire em sua escrita. Mas a noção de que seres humanos são condicionados por fatores sociais – e nem por isso determinados por eles – e que podem, por meio de suas ações (atividade), ir além dos condicionamentos dados, é defensável no âmbito da Análise do Comportamento.

A concepção ético-política freiriana de autonomia enfatiza a possibilidade de o indivíduo intervir no mundo, construindo-o e modificando-o. Há foco em um elemento ativo da noção de autonomia, ou seja, na forma como se dão as consequências da ação no mundo (Freire, 1996/2017). Uma leitura comportamentalista que alcance o amplo escopo de implicações do conceito freiriano deve, necessariamente, tomar os efeitos da ação no mundo como elemento central à definição. A própria definição skinneriana de comportamento operante pode parecer dar conta da ideia apresentada, como é possível verificar na clássica citação: “os homens agem sobre o mundo, mudam-no e, por sua vez, são transformados pelas consequências de sua ação” (Skinner, 1957, p. 1). Porém, o comportamento operante por si só poderia ainda estar contemplado no campo do que Freire denominou *suporte*, permanecendo adaptado, acomodado à realidade, no sentido de não necessariamente envolver a transformação de suas condições de existência. O interesse de Freire parece situado em uma modificação mais radical, em um intervir que transforme as próprias relações que condicionam as ações humanas.

É fato que a autonomia, segundo Freire (1996/2017), pode ser aprendida, mas o aprendizado não parece ser suficiente para que a autonomia seja realizada. Nesse sentido, a autonomia não é automaticamente exercida apenas por ter sido previamente aprendida. A noção freiriana de autonomia requer que sejam aprendidas respostas que produzam uma determinada mudança em suas condicionalidades; mudanças essas em direção à construção de um dado projeto de sociedade.

A formulação comportamental apresentada por Flores Júnior e Córdova (2019) parece comungar da proposta de autonomia freiriana, entendendo-a “como uma conjunção efetiva de estabelecimento de repertório e possibilidade de ação” (p. 538) para respostas que tenham o efeito de modificar as contingências controladoras do comportamento do sujeito ou de sua comunidade. Dentre as qualificações de tais respostas inclui-se o autocontrole e o contracontrole. Embora não haja um aspecto político específico intrínseco a respostas que tenham o efeito de modificar as contingências controladoras (sejam de autocontrole, contracontrole, ou qualquer outra classificação similar), o respeito à autonomia de cada um exigiria um esforço em favor da construção de relações sociais mais justas e equânimes, nas quais se busque minimizar as disparidades no poder de controle de indivíduos e grupos uns sobre os outros.

A noção comportamentalista de autocontrole descreve uma relação recursiva pessoa-mundo, na qual o indivíduo intervém em condições que controlam o seu próprio comportamento. Tal possibilidade é tomada como central a uma concepção de atividade humana que rejeita teses causais de um Eu iniciador da ação (uma instância interna ao indivíduo que seria responsável por originar seus comportamentos independentemente das relações com o contexto) (ver Malacrida & Laurenti, 2018), bem como recusa a separação entre indivíduo e mundo (Lopes et al., 2018; Reis & Laurenti, 2019). O contracontrole, por sua vez, é caracterizado como comportamento que tem como efeito inviabilizar uma determinada relação de controle. Na acepção de contracontrole social proposta por Sá (1985), as relações enfrentadas dizem respeito especificamente ao controle exploratório sofrido pela comunidade ou pessoa que se comporta. O tema encontra ampla discussão sobre sua natureza política em autores como Holland (1974/2016) e Sá



(1985), comumente trazendo ao debate comportamentalista a possibilidade de uma orientação à resolução de problemas sociais por meio da ação popular, escapando de tendências a dar centralidade à figura do(a) especialista nesse processo.

A defesa freiriana de que a conscientização seria um processo necessário à construção da autonomia é melhor compreendida por meio desse compromisso com a transformação de condições que subjagam e exploram determinados indivíduos na sociedade. A noção de conscientização, conforme interpretada de modo comportamentalista radical em um sentido de *sensibilização*, é entendida em termos do estabelecimento de condições que permitam um agir sob controle de certos aspectos históricos ou pouco explícitos envolvidos nas relações de poder que perpassam as contingências de controle social desiguais<sup>6</sup>:

É esse o sentido de conscientização que uma perspectiva freiriana busca, o que não pode ser subestimado à limitada forma do falar sobre si, mas de, inclusive por meio do falar sobre si, tornar-se mais sensível às relações que estabelece com sua realidade e com o outro, viabilizando uma ação efetiva voltada à sua transformação. (Flores Júnior & Córdova, 2019, p. 538)

Como a noção de autonomia não diz respeito meramente a um conjunto de respostas, mas a uma condição de possibilidade de ação, as relações de poder que perpassam as relações de controle de um indivíduo sobre o outro se tornam um ponto central para qualquer análise que trate do tema. Em certo sentido, a autonomia deve ser aprendida, como repertório do indivíduo, mas há outras dimensões envolvidas. Mesmo que um indivíduo apresente comportamentos relacionados a uma condição de autonomia, seriam necessárias possibilidades contextuais que viabilizem o seu exercício. A autonomia seria prejudicada por condições propiciadoras ou coniventes com o desequilíbrio nas relações de poder, tais como as que se verificam em relações opressivas ou autoritárias subscritas por alguns sistemas sociais, políticos, ideológicos e culturais existentes. É no exercício da autonomia que estaria uma forma dos sujeitos enfrentarem essas condições de modo a se estabelecer relações mais iguais e justas de sociedade.

Repensar uma orientação ética e política coerente com o Comportamentalismo Radical e com o respeito à autonomia de cada um articula-se com alguns pontos já discutidos na área. Bacheaga (2014) já sinalizava a potencialidade da aproximação com a perspectiva freiriana como forma de favorecer uma ação analítico-comportamental não *sobre* as pessoas, mas *com* as pessoas, mais comprometida com a ação popular. Flores Júnior e Córdova (2019), por sua vez, problematizam como uma possível leitura da defesa skinneriana do delineamento cultural, deslocado da ação política popular e operado a partir da figura do(a) especialista, pode induzir ao controle estabelecido a despeito da consciência da população e, conseqüentemente, da autonomia popular. Lopes (2015) contrasta um projeto político tecnocrático com outra possibilidade interpretativa da obra skinneriana, favorável a possibilidades de transformação a partir dos contextos locais e das relações interpessoais permeadas pelo controle face-a-face.

No campo da pedagogia, esses valores favorecem um *projeto de educação para a emancipação*, conforme descrito por Fernandes (2020). Esse seria um projeto comprometido com a promoção de contingências mais justas, bem como com a exposição e a destruição das formas de controle mantenedoras de relações de dominação e opressão na sociedade. A proposta é apresentada em antagonismo a um *projeto de educação para a conservação*, o qual se compromete com “manter os recursos materiais e simbólicos (reforçadores essenciais para esses grupos sociais) fundamentalmente onde estão” (Fernandes, 2020, p. 120), resultando na manutenção de desigualdades e hierarquias sociais. Uma educação para a emancipação está voltada ao estabelecimento de repertórios que favoreçam uma sensibilização em relação às contingências sociais. Em contraste, uma educação para a conservação oculta os conflitos e antagonismos sociais (i.e., despolitiza) por meio da valorização à tradição, com um enfoque em repertórios técnicos que serviriam a interesses de mercado. Tomando a autonomia de cada um como valor e buscando um horizonte emancipatório, haveria, então, de se superar a primazia das técnicas e conteúdos, priorizando o arranjo de condições para que os sujeitos estejam sensíveis, não só às contingências pessoais e imediatas, mas também às contingências coletivas da realidade social que circunscreve sua comunidade (Fernandes, 2020).

Tendo em vista as discussões realizadas, não seria interessante pensarmos, como analistas do comportamento brasileiros, uma orientação ética e política que inclua a autonomia de cada um como um valor central? Contextualizada em práticas culturais locais, essa orientação não poderia ser mais coerente com a história de nossa gente, com nosso contexto e com nossa própria realidade? Diante do cenário no qual cada vez mais as desigualdades nas relações sociais se aprofundam, essas questões proporcionam reflexões importantes a uma ciência engajada.

<sup>6</sup> Sobre a noção de conscientização utilizada, ver Flores Júnior e Córdova (2019); sobre a acepção política de sensibilidade, ver Fernandes (2020).

## Considerações finais

A obra de Paulo Freire permanece relevante para a Análise do Comportamento voltada ao contexto educacional (Bachega, 2014; Fazzi & Cirino, 2003), mas também fornece contribuições para o debate de ordem ontológica e a suas articulações com o campo da ética e da política, como este artigo procurou explicitar.

Do ponto de vista ontológico, o conceito freiriano de autonomia está pautado na crítica ao determinismo, o qual antagoniza com uma noção de mundo como campo de possibilidades em que a transformação é genuína. A autonomia descreve a possibilidade de o indivíduo, na condição de ser condicionado, mas não determinado, poder intervir no mundo modificando-o e modificando-se nessa relação. A noção freiriana de condicionalidade não-determinista encontra paralelos com algumas interpretações indeterministas ontológicas dos pressupostos teóricos do Comportamentalismo Radical, assentadas na crítica à noção de suficiência causal. Essa interpretação indeterminista tem afinidades com a tese freiriana de que o futuro não é fixado pelo passado, estabelecendo possíveis convergências ontológicas entre a ontologia do ser mais de Freire e o Comportamentalismo Radical.

A autonomia não é entendida de maneira descontextualizada, nem para Freire nem para a filosofia comportamentalista radical. De acordo com Freire (1996/2017), apenas o indivíduo poderia exercer sua autonomia, mas a noção de autonomia *de cada um* não pode ser entendida como uma capacidade que se desenvolve e se realiza independentemente das relações sociais. O entendimento da autonomia como uma realização humana ressalta a necessidade de uma presença no mundo compartilhada, que respeita a presença do outro (responsabilidade) e garante, nessa relação, as possibilidades de intervenção nas suas próprias condicionalidades (liberdade). Essa concepção não individualista de autonomia converge com a noção contextualista de atividade humana e com crítica comportamentalista radical à noção de Eu iniciador do comportamento.

As suposições ontológicas da noção freiriana de autonomia coadunam-se com compromissos ético-políticos que norteiam a proposta de uma pedagogia crítica. Nessa proposta, a autonomia é um valor ético do *ser mais* como direito e responsabilidade de cada um. Esse valor ético está articulado com um compromisso social emancipatório, voltado à garantia de condições para que os sujeitos possam transformar sua realidade, rompendo relações de dominação e opressão. As propostas apresentadas estão em oposição direta a projetos de educação bancária (Freire, 1968/2016, 1996/2017) e voltados à conservação (Fernandes, 2020). Esses projetos voltam-se à primazia do conteúdo e das técnicas, bem como a compromissos individualizantes e mercadológicos, de modo a empreender um esforço despolitizante que favoreça a manutenção das desigualdades e hierarquias sociais. Mais do que isso, a proposta educacional de Freire está comprometida com a constituição de um projeto de sociedade que tem no horizonte a libertação dos povos historicamente oprimidos.

A interpretação indeterminista ontológica da filosofia comportamentalista radical também pode ser conciliada com uma concepção política de autonomia descrita com base em conceitos e princípios analítico-comportamentais. Em termos comportamentalistas, a autonomia pode ser elucidada não só pela constituição de repertórios de autocontrole e contracontrole políticos, mas também pelo estabelecimento de condições que permitam que as ações que integram esses repertórios estejam sob controle de condições usualmente tácitas, responsáveis pela manutenção de relações de controle social assimétricas na sociedade (conscientização, em um sentido de sensibilização). De uma perspectiva analítico-comportamental, o exercício da autonomia seria justamente a transformação dessas relações de controle social subjugadoras. Mas, do ponto de vista ontológico, essa possibilidade só encontra guarida em uma visão de mundo na qual a possibilidade de mudança é genuína.

Uma proposta educacional analítico-comportamental informada pelo conceito político de autonomia poderia, então, instruir o desenvolvimento de uma tecnologia de ensino comprometida com a construção de projetos de sociedade voltados para a transformação das condições subjugadoras de povos historicamente oprimidos. No que concerne à educação, portanto, o entendimento da história como possibilidade e o exercício em favor da autonomia de cada um convergem para um projeto emancipatório. Nesse itinerário, são priorizadas condições para que os sujeitos aprendam a reconhecer não só as condicionalidades pessoais e imediatas, como também as contingências coletivas de sua realidade social.

A análise realizada esteve limitada a aspectos específicos da ontologia de Paulo Freire, além de ser circunscrita a obras que trataram mais explicitamente do conceito de autonomia, sem pretensão de uma análise exaustiva de toda obra do autor, o que não permite qualquer conclusão que se estenda para além das teses aqui expostas. Não obstante essas limitações, uma incursão pelo tema da autonomia pode favorecer a comunicação com aqueles(as) que ainda encontram, no Comportamentalismo Radical, a imagem de uma teoria afeita ao autoritarismo. Talvez o mais importante neste momento, para além de acessar o conhecimento produzido fora da Análise do Comportamento, seja o de buscar formas de nos comunicarmos de modo que nossas contribuições sejam bem-vindas. O contato com

outros(as) autores(as) engajados(as) na transformação das condições de opressão da realidade de seu país permanece como um passo necessário para o desenvolvimento científico de nossa área. Nesse sentido, ainda há muito a investigar na obra de Paulo Freire.

Faz-se necessário também uma maior sensibilização da comunidade analítico-comportamental às problemáticas mais caras para nosso contexto social, de severas injustiças. Assim, acessar produções externas à Análise do Comportamento pode nos trazer muito mais do que os dados, reflexões ou metodologias relevantes daquelas áreas, mas uma atenção especial em relação aos compromissos implicados em suas concepções, na forma como esses compromissos se envolvem com as necessidades de nossa sociedade. Dessa maneira, podemos repensar nossos próprios compromissos, nossos pressupostos e formas de fazer ciência. Propondo um esforço heterodoxo em nome de um engajamento no campo da possibilidade, acreditamos favorecer, assim, a autonomia de cada um, inclusive a nossa própria como ciência e profissão.

### Declaração de conflito de interesses

Os autores declaram que não há conflito de interesses relativos à publicação deste artigo.

### Contribuição de cada autor

Certificamos que todos(as) os(as) autores(as) participaram suficientemente do trabalho para tornar pública sua responsabilidade pelo conteúdo. A contribuição de cada autor(a) pode ser atribuída como se segue: C.R. Flores Júnior e D.S. Barbosa propuseram e realizaram os procedimentos da investigação conceitual; C.R. Flores Júnior e D.S. Barbosa elaboraram uma primeira versão do texto e contribuíram com a redação e a revisão final. C. Laurenti contribuiu com a definição da estrutura do texto e com a redação e a revisão da versão final.

### Direitos Autorais

Este é um artigo aberto e pode ser reproduzido livremente, distribuído, transmitido ou modificado, por qualquer pessoa desde que usado sem fins comerciais. O trabalho é disponibilizado sob a licença Creative Commons 4.0 BY-NC.



### Referências

- Abib, J. A. D. (2001). Teoria moral de Skinner e desenvolvimento humano. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14(1), 107-117. doi: 10.1590/S0102-79722001000100009
- Bachega, D. (2014). *Uma leitura comportamental sobre o método Paulo Freire de alfabetização: Convite ao diálogo entre analistas do comportamento e educadores freireanos*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos]. Repositório UFSCar. <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/6056>
- Dittrich, A. (2009). Uma defesa do determinismo no behaviorismo radical. In R. C. Wielenska (Org.), *Sobre comportamento e cognição* (vol. 23, pp. 65-72). ESETec.
- Fazzi, E. & Cirino, S. D. (2003). A pedagogia da autonomia de Paulo Freire e uma possível aproximação com a proposta de B. F. Skinner. In H. M. Sadi & N. Castro (Eds.). *Ciência do comportamento: Conhecer e avançar* (Vol. 3, pp. 11-16). ESETec Editores Associados.
- Fernandes, D. M. (2020). *Cultura, economia, educação, governo e política: Um estudo de caso em psicologia social*. [Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista]. Repositório Institucional UNESP. <http://hdl.handle.net/11449/192102>
- Flores Júnior, C. R., & Córdova, L. F. (2019). Por uma práxis social comunitária em análise do comportamento. *Acta Comportamental*, 27(4), 527-540. <https://www.redalyc.org/jatsRepo/2745/274561551008/274561551008.pdf>
- Freire, P. (2016). *Pedagogia do oprimido* (60a ed.). Paz e Terra. (Original publicado em 1968).
- Freire, P. (2017). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa* (55a ed.). Paz e Terra. (Original publicado em 1996).
- Holland, J. G. (2016). *Os princípios comportamentais servem para os revolucionários? Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18, 104-117. doi: 10.31505/rbtcc.v18i0.863 (Original publicado em 1974).
- Hübner, M., & Marinotti, M. (2004). *Análise do comportamento para a educação: Contribuições recentes*. ESETec.
- Kienen, N., Kubo, O. M., & Botomé, S. P. (2013). Ensino programado e programação de condições para o desenvolvimento de comportamentos: Alguns aspectos no desenvolvimento de um campo de atuação do

- psicólogo. *Acta Comportamentalia*, 21(4), 481-494.  
<http://www.revistas.unam.mx/index.php/acom/article/view/43611>
- Laurenti, C. (2009). *Determinismo, indeterminismo e behaviorismo radical*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal de São Carlos] Repositório UFSCar. <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/4760>
- Lopes, C. E. (2015, Quarter I). The political discourses of behavior analysis. *Operants*, 27-32.
- Lopes, C. E., Laurenti, C., & Abib, J. A. D. (2018). *Conversas pragmatistas sobre comportamentalismo radical* (2a ed.). Editora CRV.
- Malacrida, G., & Laurenti, C. (2018). Uma análise do conceito de “eu” nos textos de B. F. Skinner. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 14(1), 69-78. doi:<http://dx.doi.org/10.18542/rebac.v14i1.7160>
- Moxley, R. A. (1997). Skinner: From determinism to random variation. *Behavior and Philosophy*, 25(1), 3-28. <https://www.jstor.org/stable/27759362>
- Moxley, R. A. (1998). Why Skinner is difficult. *The Behavior Analyst*, 21(1), 73-91. doi: 10.1007/BF03392781
- Moxley R. A. (2007). Ultimate realities: Deterministic and evolutionary. *The Behavior Analyst*, 30(1), 59-77. doi: 10.1007/BF03392146.
- Reis, C. S., & Laurenti, C. (2019). Uma interpretação relacional da noção de atividade no comportamentalismo radical. *Acta Comportamentalia*, 27(1), 91-107. <http://www.revistas.unam.mx/index.php/acom/article/view/68757>
- Rocha, C. A. A., Laurenti, C., & Liston, G. (2013). Skinner, Popper e o suposto estatuto determinista do comportamentalismo radical. *Princípios*, 20(34), 55-80. <https://www.periodicos.ufrn.br/principios/article/view/7537>
- Rodrigues, N., & Strapasson, B. (2019). Reflexões sobre a discussão do (in)determinismo na Análise do Comportamento brasileira. *Acta Comportamentalia*, 27(04), 497-510. <http://www.revistas.unam.mx/index.php/acom/article/view/72028>
- Sá, C. P. (1985). *O behaviorismo radical de B. F. Skinner e sua aplicabilidade socialmente relevante*. [Tese de Doutorado, Faculdade Getúlio Vargas]. FGV Repositório Digital. <http://hdl.handle.net/10438/9637>
- Skinner, B. F. (1953). *Science and human behavior*. The MacMillan Company.
- Skinner, B. F. (1957). *Verbal behavior*. Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1971). *Beyond freedom and dignity*. Alfred A. Knopf.
- Skinner, B. F. (1974). *About behaviorism*. Alfred A. Knopf.
- Skinner, B. F. (1989). *Recent issues in the analysis of behavior*. Merrill Publishing Company and Bell & Howell Information Company.
- Strapasson, B. A., & Dittrich, A. (2011). Notas sobre o determinismo: Implicações para a psicologia como ciência e profissão. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 29(2), 295-301. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3882481>

---

 Submetido em: 28/01/2021

Aceito em: 26/04/2021